

Equipe queria adotar medidas mais duras

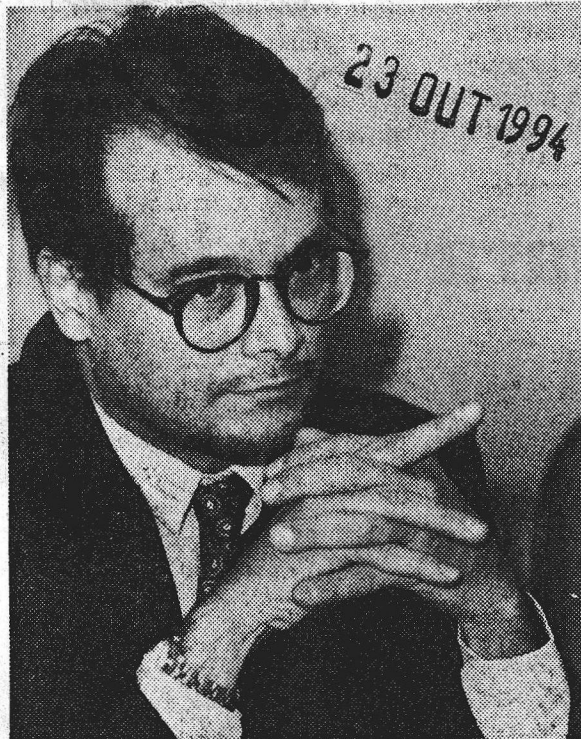
■ Consulta ao mercado abrandou pacote econômico

AGUINALDO NOVO

SÃO PAULO — O pacote econômico anunciado esta semana pelo governo previa medidas ainda mais duras no aperto contra os bancos e para conter o consumo. Até terça-feira, véspera da divulgação das primeiras circulares, os técnicos do Banco Central e do Ministério da Fazenda trabalhavam, por exemplo, com a idéia de aumentar o recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo (que compreende operações de compra e venda de CDB e RDB) dos bancos. A medida foi descartada na última hora, diante da chiadeira de alguns executivos que foram consultados pelo BC na preparação do pacote.

Pelas regras em vigor, os bancos estão obrigados a recolher ao BC 30% sobre o saldo médio diário dos estoques. A sugestão do governo era para que esta taxa passasse a ser de 45%. O recolhimento seria progressivo — se chegaria ao máximo de 45% num determinado período — de forma a permitir uma acomodação gradual do sistema.

Consórcios — Pelo menos duas outras medidas faziam parte da primeira versão do pacote: o aumento da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre todos os em-



Gustavo Franco (E) e Alkimar Moura (D) fizeram dezenas de reuniões antes de definirem as medidas

préstimos e a proibição para que os consórcios de automóveis formassem novos grupos. No primeiro caso, não teria havido consenso entre os técnicos sobre as novas alíquotas. Hoje, quem recorre às linhas de crédito dos bancos está sujeito ao pagamento de um IOF de 6% ao ano (o correspondente a 0,05% ao dia), se for pessoa física, ou de 3% ao ano (0,0083% ao dia), para empresas.

A medida para os consórcios tinha endereço certo: o governo contava em aumentar a oferta de veículos populares para venda nas concessionárias. Dados do Ministério da Fazenda mostram que o ágio na venda dos populares caiu

pouco nas últimas semanas. Para o Corsa, por exemplo, o ágio chegaria a 50%.

Reuniões — O recuo do governo precisou ser negociado. Já na semana passada, o Banco Central começou a consultar entidades de crédito e bancos sobre a necessidade de ajustes no Plano Real. Quando ficaram sabendo do pacote, levaram um susto. Jamais poderia imaginar que a coisa pudesse ir tão longe assim. Se o que saiu já vai provocar uma brutal recessão, imagine o estrago que seria feito na hipótese da divulgação de todas as medidas, afirmou ontem um executivo do

setor financeiro que foi consultado pelo diretor de Política Monetária do BC, Alkimar Moura.

No período de uma semana, os técnicos do BC e da Fazenda se encontraram em dezenas de reuniões. A mais demorada aconteceu na segunda-feira, na sede do Banco Central, em Brasília. Durou quase 12 horas, com direito a um pequeno intervalo para lanche, entrando pela madrugada de terça-feira. Participaram do encontro, entre outros, Alkimar Moura e seus colegas Cláudio Mausch, diretor de Normas do Banco Central, e Gustavo Franco, diretor da Área Internacional.